

A EXPANSÃO AGRÍCOLA E A FORMAÇÃO DAS IDENTIDADES: OS “BRASIGUAIOS” NA FRONTEIRA ENTRE O BRASIL E O PARAGUAI

Eric Gustavo Cardin

Professor Doutor dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e em Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

eric_cardin@hotmail.com

RESUMO:

O texto apresentado descreve o processo de expansão da agricultura no Leste paraguaio, os diversos conflitos que agem na construção das identidades e as disputas pela hegemonia econômica e cultural da região. Para tanto, apresentam-se primeiramente os aspectos históricos envolvidos com a constituição dos conflitos, seguido de uma análise dos processos de construção das identidades. O artigo termina com uma discussão geral sobre alguns dos problemas contemporâneos existentes na realidade estudada.

PALAVRAS-CHAVES: Migração – Trabalho – Brasiguaios.

RESUMEN:

El texto presentado describe el proceso de expansión de la agricultura en El Este del Paraguay, los diversos conflictos que participan en la construcción de las identidades y las disputas por la hegemonía económica y cultural de la región. Por lo tanto, se presenta los aspectos históricos de la constitución de los conflictos, seguido del análisis de los procesos de construcción de las identidades. El artículo termina con una información general sobre algunos de los problemas contemporáneos de la realidad estudiada.

PALABRAS CLAVE: Migración - Trabajo – Brasiguaios.

INTRODUÇÃO

Os conflitos políticos, econômicos e sociais envolvendo os brasileiros e os paraguaios que habitam a faixa de fronteira do Paraguai com o Brasil tornaram-se mais expressivos durante a última década. As ocupações por parte dos camponeses paraguaios e as explosões de violência e revolta marcaram a expulsão de inúmeras famílias brasileiras que produziam e viviam em uma região que, gradativamente, tornou-se um imenso barril de pólvora. Os acontecimentos recentes explicitaram a essência conflituosa na definição dos limites das fronteiras, limites que não são apenas geográficos, mas também culturais e ideológicos. Neste contexto, o presente artigo tem como objetivo fazer alguns apontamentos sobre o processo de construção da realidade social vivenciada pelos brasileiros que migraram para o Paraguai, destacando a formação das identidades socioculturais e a definição das fronteiras étnicas.

Para tanto, parte-se do pressuposto que a identidade individual ou coletiva é construída ou

transformada durante as interações estabelecidas entre os diferentes grupos sociais, por meio de processos de inclusão e exclusão, que continuamente vão estabelecendo os limites ou as fronteiras entre os grupos ao definirem aqueles que o integram ou não (Poutignat e Streiff-Fenart, 1998). Os sujeitos sociais produzem e reproduzem suas memórias e identidades a partir de suas experiências, o que inclui as diferentes práticas sociais realizadas na vida cotidiana (Heller, 1991). O cotidiano ao mesmo tempo em que se constitui como espaço para as ações banais é também o lugar onde o “indivíduo cria para si relações baseadas na própria experiência”, possibilitando a ocorrência das transformações sociais e, conseqüentemente, da própria história.

Assim, nesta pesquisa ora apresentada, está sendo entendido que são estas experiências cotidianas que permitem a formação das identidades e a organização das fronteiras sociais. Logo, a construção da identidade não é efetivada por meio exclusivo da ideia de pertencimento, mas, pelo contrário, do reconhecimento das distinções, das diferenças socialmente existentes e das práticas sociais efetivadas na cotidianidade. Como destacam Poutignat e Streiff-Fenart (1998), as diferenças e as tensões simbólicas estimulam a diferenciação entre os grupos e neste processo se forjam as próprias identidades.

Por meio desta pesquisa estabeleceu-se uma aproximação do processo de construção social do sujeito social que vem sendo denominado, muitas vezes sem o devido cuidado, de “brasiguai”. O intuito é entender as relações entre fronteiras e identidades nos limites do Brasil com o Paraguai. Para tanto, o texto está organizando em três tópicos. No primeiro, encontram-se os aspectos históricos de constituição do universo de interesse, destacando o encontro das políticas de povoamento do Brasil e do Paraguai que possibilitaram a reorganização da estrutura fundiária paraguaia. No segundo, apresentam-se as posições dos diferentes sujeitos presentes nos conflitos no campo do Paraguai, valorizando as percepções dos brasileiros e paraguaios no esforço de autoidentificação e diferenciação cultural. Por fim, estão às análises da flexibilidade das identidades e das fronteiras, refletindo a organização dos elementos culturais existentes na disputa de posições políticas e sociais.

A Expansão Agrícola do Paraguai e a Chegada dos Brasileiros.

As fronteiras entre o Brasil e o Paraguai foram definidas pelo Tratado de Paz e de Limites Loizaga - Cotegipe em 1872, logo após a derrota do Paraguai na “Guerra do Paraguai” (1864 – 1870). No entanto, as demarcações tiveram mais dois momentos destacáveis. O primeiro ocorreu em 1927, quando os dois países assinaram um tratado complementar referente a alguns pontos do Rio Apa e da Bahia Negra. O segundo ocorreu em 1963, com os debates referentes à definição da

propriedade das Sete Quedas no Rio Paraná e finados com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Embora, os limites sejam atualmente documentados, a região é marcada por uma imagem negativa derivada da falta de controle aduaneiro existente, o que permite um grande fluxo de pessoas, capitais e mercadorias, muitas vezes de forma ilegal.

De forma geral, o povoamento de toda a região fronteiriça estudada ocorreu em ritmos distintos. Embora exista registro de pessoas a habitando desde o final do século XIX, o seu processo de povoamento começou a ocorrer de maneira mais sistemática do lado brasileiro da fronteira com o início da “marcha para o oeste” a partir da década de 1940. Do lado paraguaio o povoamento iniciou-se com a construção da rota internacional utilizada para ligar à capital Assunção aos portos brasileiros de Santos e Paranaguá durante a década de 1960, porém o processo irá se consolidar somente por meio dos incentivos do governo de Stroessner. Neste sentido, o presidente paraguaio desenvolveu duas políticas distintas. A primeira diz respeito à criação da zona franca de Ciudad Del Este, antiga Puerto Presidente Strossner e, a segunda, aos esforços do governo paraguaio em modernizar sua agricultura por meio da valorização da migração estrangeira.

Historicamente o Paraguai não foi um país que atraiu muitos migrantes europeus durante sua formação. Tirando os casos da região de Itapúa e do Chaco, que receberam colônias menonitas na década de 1930, o restante do território teve pouca receptividade. Embora tal fenômeno fosse comum em outros países latino-americanos, o fluxo de migrantes europeus na América do Sul diminuiu significativamente durante todo o século XX, tornando-se mais corriqueiro a inversão das rotas migratórias, com a população latina migrando para os países economicamente mais desenvolvidos. Como observa Albuquerque, “a principal razão dessa mudança de direção dos fluxos migratórios esta relacionada à situação de emprego nas economias latinas e à busca de melhores condições de renda e reconhecimento social nos países ricos” (ALBUQUERQUE, 2010, p. 53).

Durante as últimas décadas do século passado tornaram-se constante os processos migratórios no interior da própria América Latina. Bolivianos, paraguaios, chilenos, peruanos, argentinos, brasileiros, entre outros, migram buscando melhores condições de vida e de produção. No caso específico da migração de brasileiros para o Paraguai observa-se o encontro das políticas nacionais de expansão. Por um lado, a entrada dos brasileiros no território paraguaio pode ser considerada um desdobramento da “marcha para o oeste”. Segundo Freita (2006, p. 155):

A colonização do extremo oeste do Paraná ocorreu a partir da década de 1940, tendo como principais objetivos nacionalizar áreas que eram ocupadas por empresas denominadas ‘obrages’, priorizar a expansão das fronteiras econômicas, em especial as fronteiras agrícolas, no sentido de ampliar os setores que pudessem contribuir para o aumento das exportações e ainda ocupar a fronteira como medida de segurança nacional. Para

conseguir seus objetivos o governo do Estado do Paraná ofereceu estímulos a empresas colonizadoras que atuavam no Estado do Rio Grande do Sul, para que adquirissem terras boas e baratas, as quais seriam compradas pelas colonizadoras que deveriam abrir estradas e de marcar os locais onde mais tarde seriam construídas áreas urbanas (...) na década de 70, a segunda geração desses abnegados desbravadores de fronteiras brasileiras, empurradas pela modernização da agricultura e culminando com a construção da Hidrelétrica Binacional de Itaipu, viu-se novamente diante da necessidade de migrar; estes agricultores destinaram-se ao vizinho país da república do Paraguai, atraídos pelas terras férteis, baratas e a proximidade geográfica; ainda o incentivo de um governo ditatorial representado pelo presidente Alfredo Stroessner, que via nos imigrantes brasileiros a possibilidade de alcançar um desenvolvimento em âmbito internacional com a exportação, especialmente de soja, considerado o outro branco da década de setenta.

Observa-se que no mesmo período em que ocorria a “marcha para o oeste” no Brasil o governo paraguaio estava incentivando a chamada “marcha al este” no Paraguai, visando “assentar os camponeses que viviam nas áreas centrais e mais populosas do país”. Sobre isso, Albuquerque lembra (2010, p.65):

o governo paraguaio reformulou o Estatuto Agrário de 1963, o qual permitia a venda de terras aos estrangeiros nas zonas de fronteira. Até aquele período, a região tinha uma ampla floresta tropical e era ocupada principalmente por grupos indígenas, traficantes de madeiras e por empresas de extração de erva-mate, como a Mate Laranjeira. Com o interesse de ocupar os espaços vazios e diminuir as tensões sociais da região central, o governo implementou o plano de colonização e facilitou a participação de brasileiros na derrubada da mata e no plantio agrícola.

O encontro das duas políticas abriu espaço para o processo de colonização dos agricultores brasileiros do leste paraguaio. Em outras palavras, a necessidade comum dos países em povoar e explorar economicamente a região fronteira serviu como um estopim para o processo migratório de grupos familiares rurais sem terras e também de grandes proprietários brasileiros que observaram naquele momento uma grande oportunidade de ampliação de renda e riquezas. De maneira geral, eles tiveram muitas facilidades concedidas pelo governo de Stroessner, principalmente durante a década de 1970. Entre elas destacam-se: 1) a qualidade e o baixo preço das terras; 2) os incentivos agrícolas e créditos em longo prazo oferecidos pelo Banco Nacional de Fomento do Paraguai; 3) a ausência de leis que regulassem a venda de propriedades a estrangeiros na região de fronteira internacional e, por fim; 4) o ótimo preço da soja no mercado internacional.

Com isso, o Paraguai começa a ter uma grande dependência política e econômica do Brasil. Por um lado, observa-se as relações contratuais estabelecidas durante a construção da Usina

Hidrelétrica de Itaipu e o fluxo de compristas brasileiros no comércio de Ciudad del Este, que garantem parte significativa da circulação de capital no país. Por outro, uma forte dependência da produção rural dos agricultores brasileiros, responsáveis por 70% da soja paraguaia exportada. Não existe atualmente um número exato dos brasileiros que residem no Paraguai, isso devido às metodologias de pesquisa adotadas pelos governos, que não conseguem captar o fluxo migratório constante, e pelo próprio caráter de ilegalidade de muitos brasileiros residentes no país. A estimativa do Ministério das Relações Exteriores do Brasil é de que aproximadamente 300.000 brasileiros residam no Paraguai no ano de 2008, o que corresponde a segunda maior comunidade de brasileiros no exterior, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, que possui 1.280.000 brasileiros morando em seu território e na frente do Japão, que possui 280.000.

No entanto, estes números podem não corresponder exatamente à realidade. No caso do Paraguai, como muitos brasileiros residem próximos à fronteira internacional, torna-se comum a utilização e a renovação apenas do *permiso* de turista, o que garante a estes brasileiros moradores do Paraguai acesso mais facilitado aos direitos sociais disponibilizados no Brasil. Esta situação é reveladora, pois diz respeito a brasileiros que exploram economicamente o Paraguai, mas que buscam garantir seus vínculos políticos com o Brasil para poder continuar participando das eleições municipais e ter acesso às consultas médicas no Sistema Único de Saúde ou às linhas de crédito para o financiamento estudantil, por exemplo.

Originados de diferentes classes sociais no Brasil e estratificados de diferentes formas no Paraguai, a forma de aquisição de terras e de sua ampliação no território paraguaio tende a ocorrer de forma similar. De modo geral, os “colonos brasileiros” vendiam pedaços de terras no Brasil e compravam três vezes mais no país vizinho, sobrando ainda um valor que possibilitava algum investimento na propriedade. Depois de estabelecido, com a mecanização da produção no campo e a revolução verde, iniciou-se um agudo processo de concentração de terras, pois uma única família conseguia ampliar o plantio sem necessitar de um grande número de trabalhadores, o que permitiu a compra das pequenas propriedades vizinhas, sejam elas de paraguaios ou de outros brasileiros.

Em resumo, a expansão agrícola do Paraguai é amarrada ao povoamento dos brasileiros na região da fronteira e também aos investimentos realizados, muitas vezes com crédito do governo paraguaio. Contudo, como todo processo de expansão de capital, ele é sustentado pelas contradições inerentes do modelo econômico. Enquanto parte da população acumula terras e capitais, outra parte foi sendo excluída das mesmas, cabendo a esta migrar para as cidades, retornar para seus lugares de origem, trabalhar como assalariada nas grandes propriedades ou resistir a todo processo antes descrito. As identidades existentes na região são construídas no interior destes conflitos, onde ser brasileiro ou ser paraguaio representa um lugar nas disputas de poder econômico, político e cultural.

A Construção das Identidades e a Disputa de Posições.

A formação da estrutura fundiária do Paraguai, a partir da frente de expansão dos colonos brasileiros, atinge inúmeros interesses. A facilidade do crédito concedido aos agricultores e a falta de observação da faixa de defesa nacional nas proximidades das fronteiras são alguns dos fatores que promovem conflitos entre brasileiros, camponeses paraguaios e o governo nacional. Não suficiente, o modelo de “reforma agrária” realizada, desconsiderando inúmeras famílias sem terras do Paraguai e valorizando os possíveis benefícios econômicos trazidos pelos brasileiros, também foram alvos de críticas. Para completar, não é possível esquecer a população nativa. Refém das discussões daqueles que se consideram possuidores das terras e das políticas, os indígenas que antes habitavam a região foram simplesmente abandonados, envolvidos pela proposta de organização do campo desenvolvida no governo de Stroessner.

A consequência da efervescência existente no campo paraguaio é um conjunto de articulações e conflitos no sentido de se buscar a consolidação de poderes hegemônicos. Os diversos sujeitos inseridos nas disputas atuam no sentido de ocupar espaço territorial, político, econômico e cultural. Logo, as configurações que estas relações vão demonstrando, dependem do posicionamento do governo federal paraguaio e das alianças e resistências dos diversos grupos envolvidos. Neste sentido, constata-se a organização dos agricultores do Paraguai ao redor da Federación Nacional Campesina e da Mesa Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas, que congrega um conjunto de organizações menores de camponeses e indígenas, articulados por um movimento único denominado Frente Nacional de Lucha por La Vida y La Soberania.

Tais movimentos tendem a ter uma postura de esquerda e buscam a consolidação da democracia no país. Durante os primeiros anos do governo Lugo, ocorreram várias mobilizações destes movimentos explicitados e de outros. Aproveitando-se do caráter mais popular da gestão e do fortalecimento da nova esquerda latino-americana, grupos de diferentes posições políticas buscaram utilizar do momento para expressar suas demandas, alguns se pautaram na ideia de reforma agrária radical e de recuperação das terras ocupadas pelos brasileiros enquanto outros estavam exclusivamente interessados em desestabilizar o governo popular. Em todos os casos, são desenhos riscados pelas práticas sociais da sociedade civil e que exigem respostas dos outros grupos atingidos por tais ações. Segundo Albuquerque (2010, p. 103):

Os camponeses sem-terra falam da necessidade de recuperar as terras “malhabidas” (ilegais) dos brasileiros e passam a ocupar prioritariamente estas fazendas na região de fronteiras. Embora a maioria dos brasileiros

tenha comprado estas propriedades das empresas colonizadoras, do próprio Instituto de Bienestar Rural (IBR) e dos camponeses paraguaios, alguns não têm as escrituras públicas e continuam somente com os contratos de compra e venda. Além disso, as terras geralmente têm vários documentos, fruto da corrupção política produzida no período ditatorial.

As invasões e ameaças são efetivadas na prática e acompanhadas de discursos que visam desconstruir a imagem dos brasileiros na região, colocando em descrédito a importância expansionista dos brasileiros. Neste sentido, os camponeses paraguaios afirmam que as terras dos brasileiros foram doadas por Stroessner ou compradas ilegalmente, criando uma situação embaraçosa, já que brasileiros possuíam a terra e produziam de forma ilegal, enquanto a população paraguaia estaria totalmente desamparada. Segundo os camponeses, “os brasileiros são vistos também como *gringos* responsáveis pela poluição dos rios, desmatamento, destruição dos solos e intoxicação de adultos e crianças. São, portanto, colonizadores, invasores e destruidores da natureza e da cultura paraguaia” (ALBUQUERQUE, 2010, p. 107).

Ferrari (2009) chama atenção para algumas dinâmicas dos conflitos rurais no Paraguai que partem da diferenciação entre os diferentes sujeitos envolvidos no processo. Para ele, o *brasiguai* representa o pequeno agricultor que observa sua existência ameaçada por meio do fortalecimento dos movimentos rurais paraguaios, mas, principalmente pela expansão incontrolável dos grandes latifúndios de monocultura. Inseridos dentro de uma lógica capitalista de plantio para a exportação, os grandes proprietários vem limitando cada vez mais o espaço de sobrevivência dos pequenos agricultores, que são forçados a se recolocarem dentro do mercado de trabalho como agricultores assalariados ou a se deslocarem espacialmente para as periferias das cidades paraguaias e brasileiras.

A relação entre migrantes e camponeses não é homogênea. Nem todos os brasileiros são grandes proprietários, muitos são trabalhadores rurais, e nem todos os paraguaios defendem a reforma agrária ou se simpatizam com os ideais dos camponeses. Em alguns momentos os camponeses tentam deixar claro que o “inimigo” não é o agricultor brasileiro, mas o modelo capitalista de produção sustentada na monocultura exportadora de soja. Entretanto, os brasileiros colonizadores são “os grandes representantes dos inimigos”, podendo ser considerados a personificação do grande capital exportador. Tal aspecto das relações sociais na região da fronteira impede uma distinção clara entre os papéis sociais e fazem com que a disputa de classe seja contaminada pelos ranços étnicos.

É difícil apresentar todas as percepções étnicas presentes nos conflitos fundiários do Paraguai, mas no intuito de indicar as tendências mais comuns se destacam três modelos. No primeiro, os paraguaios consideram os brasileiros exploradores, ambiciosos e destruidores dos

recursos naturais existentes no país. Nesta perspectiva, a imagem dos brasileiros encontra-se vinculada a dos bandeirantes e também a um país expansionista, que se esforça em demonstrar o seu domínio na América Latina. No segundo, os paraguaios consideram os brasileiros trabalhadores, organizados e perseverantes. A aproximação entre os migrantes e o governo ditatorial do Paraguai ocorre por meio desta perspectiva. Stroessner acreditava que os agricultores brasileiros eram mais preparados para garantir o desenvolvimento e o povoamento do Paraguai por serem mais qualificados e preparados para as atividades necessárias no campo.

Por outro lado, no terceiro modelo constata-se que os brasileiros consideram os paraguaios preguiçosos, imediatistas e de pouca higiene. Na concepção dos colonizadores “a missão dos imigrantes brasileiros é levar a civilização, o progresso e o desenvolvimento econômico para um país atrasado e com um poço de mentalidade indígena” (ALBUQUERQUE, 2010, p. 173). Todavia, é preciso salientar que a concepção de trabalho expressa pelos migrantes é de que ele é o garantidor do desenvolvimento social e econômico. Os paraguaios não teriam iniciativa, não seriam empreendedores, mas seriam obedientes e honestos. Segundo Albuquerque (2010, p. 182), no discurso do migrante “está presente a mentalidade capitalista e etnocêntrica do imigrante que analisa o mundo por meio do parâmetro da sua ética do trabalho”.

Fiorentin (2010), por meio de entrevistas orais realizadas nos povoamentos Curva da Lata (município de Katueté) e Gleba 11 (município de Mbaracayu), demonstra a construção de identidades e alteridades durante o cruzamento de culturas diferentes. Neste sentido, as representações em relação ao outro são manipuladas e utilizadas de maneira muitas vezes estratégicas no intuito de garantir lugares privilegiados na disputa de posições estabelecida na região estudada. Adjetivos relacionados aos hábitos de higiene, a escolaridade ou aos mundos do trabalho se configuram como variáveis utilizadas e negociadas de maneira instrumental durante as práticas cotidianas de brasileiros, paraguaios e *brasiguaios* em situações de interação.

A construção das identidades ocorre através do reconhecimento do outro e do esforço em buscar as características que os diferenciam. No processo de expansão econômica e exploração do campo e dos trabalhadores rurais existentes na região de fronteira as representações do eu são desenvolvidas para justificar práticas econômicas e políticas. A construção de uma hegemonia não passa exclusivamente pelo poder econômico exposto pelos agricultores brasileiros, mas também pelas articulações políticas com as classes dominantes paraguaias (defensoras da monocultura exportadora) e com a legitimação de seus estilos de vida por meio, principalmente, da exaltação do trabalho, do pioneirismo. Ser trabalhador ou ser preguiçoso não é necessariamente características étnicas, mas adjetivos utilizados política e culturalmente para justificar ações, mas que acabam sendo arraigados nos discursos, naturalizados no cotidiano.

As Identidades Flexíveis e os Usos das Fronteiras.

A definição da identidade ocorre durante as relações sociais, durante os conflitos e negociações, devido à necessidade de reafirmação e recolocação em uma sociedade em constante transformação. Neste contexto, ser brasileiro, paraguaio ou *brasiguai* muitas vezes é uma questão de momento. Da mesma forma, ser reconhecido como brasileiro ou paraguaio envolve os interesses que estão presentes nas articulações realizadas e nos objetivos de quem reconhece. Todavia, tais processos de definição e reconhecimento não representam algo unilateral ou homogêneo. Como destaca Albuquerque (2010, p.200), “conforme as situações e os interesses em jogo, os imigrantes se definem como paraguaios ou *brasiguaios*, mas geralmente não são reconhecidos pelos paraguaios legítimos”.

A etnicidade, ou seja, o reconhecimento de pertencer a uma etnia, não é estático. Os grupos étnicos não são demarcados pelas fronteiras geográficas, pois estas permanecem apesar do fluxo de pessoas que as atravessam. A fronteira étnica é delimitada pelo contraste em relação ao outro, independente de seu posicionamento físico, assim, é a relação com os outros que definem os traços de um grupo e não necessariamente a matéria cultural que ela abrange. O grupo étnico canaliza a vida social, organiza suas relações sociais e comportamentais, mas depende das relações sociais estabelecidas pelos diferentes grupos, ou seja, a partir do reconhecimento do outro, as etnias definem suas próprias características. Assim, os próprios grupos se tornam categorias de atribuição e identificação realizadas pelos próprios sujeitos, tendo como característica organizar a interação entre pessoas (Barth, 1998).

A relação entre identidade e espaço não é marcada por determinismos. Mais importante que o lugar é as relações estabelecidas sobre ele ou o uso que se faz dele. Neste sentido, as diferenças culturais não surgem exatamente do contexto organizacional local. O sujeito social ao notar que não tem características semelhantes ao outro, tende a se distanciar, não se achando pertencente a uma identidade, a um grupo ou a uma comunidade, busca outros pontos de referência. Durante as aproximações e os distanciamentos ocorridos na cotidianidade, a identidade vai sendo definida e remodelada. Em alguns momentos a identidade pode se apresentar como inconveniente sendo melhor escondê-la. Nestes casos, o indivíduo muda estrategicamente sua identidade a fim de obter sucesso, uma vez que a identidade étnica é associada a um conjunto cultural específico de padrões socialmente valorosos.

Em uma situação de conflito a redefinição da identidade e a busca por aproximações étnicas são instrumentos importantes para atenuar as contradições ou, em outros termos, “jogar” com as

identidades torna-se um elemento usualmente estratégico. Uma das tentativas de aliviar as tensões existentes no processo de expansão agrícola no Paraguai, adotada pelos brasileiros, é o oferecimento de uma assistência mínima para a população local. Segundo Albuquerque (2010, p. 206):

Os agricultores brasileiros geralmente falam de práticas de ajuda aos camponeses que vivem nas proximidades de suas fazendas e até de projetos privados de assistências aos paraguaios pobres. A ideia básica é apaziguar um pouco os ânimos dos camponeses por meio da doação de cestas básicas, do ensino de técnicas agrícolas modernas e de empréstimos de sementes de soja para que estes não invadam suas propriedades.

Contudo, a estratégia de construção da aceitação ou da hegemonia em território paraguaio não ocorre unicamente através do ensinamento de técnicas agrícolas ou de atividades filantrópicas. Observam-se os esforços em estabelecer uma aproximação cultural por ambas as partes. Como existem alianças das classes dominantes paraguaia com os agricultores brasileiros alguns padrões, usos e costumes dos migrantes começam a ser considerados referências de comportamento. Para muitos paraguaios os colonos brasileiros representam o desenvolvimento, logo, negar as características de diferenciação é negar este status. Sobre isso, Freita (2006, p. 156) destaca:

O processo de migração de agricultores brasileiros em direção à República do Paraguai teve características de expandir além da fronteira agrícola, a fronteira cultural brasileira sobre o território Paraguaio. Este fato nos parece claro quando percebemos que os agricultores brasileiros ‘falam sua própria língua, usam sua própria moeda, hasteiam sua própria bandeira’, mantêm as tradições de origem, comercializam, e tentam manter-se vinculados como cidadãos ao território brasileiros, principalmente através do título de eleitor, e raramente imigrantes casam-se com paraguaios.

Todavia, o início do processo migratório foi a décadas passadas. Os migrantes já se encontram na segunda ou terceira geração. Muitos são nascidos no Paraguai, possuem dupla nacionalidade, são socializados em português, mas alfabetizados em espanhol. Situações diferenciadas, mas que não eliminam os choques derivados da origem. Os casamentos entre brasileiros e paraguaios são raros, embora ocorram. As alianças políticas são mais comuns e elas se tornam cada vez mais forte quando os brasileiros nascidos no Paraguai e portadores dos mesmos direitos dos nativos começam assumir responsabilidades nas disputas políticas e econômicas na região. Neste caso, a disputa pela definição de ser ou não ser um verdadeiro paraguaio acaba preso a domínio da língua. Para muitos, “a identidade paraguaia dos imigrantes brasileiros só passa a ser reconhecida se eles já falarem fluentemente o guarani. Geralmente não é a cidadania o critério para

o reconhecimento social, mas o domínio desse idioma nacional” (ALBUQUERQUE, 2010, p. 224).

Mondardo (2008) ao relatar sua experiência etnográfica no Paraguai também observa o papel da língua na formação da identidade. Segundo ele (2008, p.97), percebe-se “que a língua é grande elemento de distinção. Eu sou brasileiro, o outro é paraguaio. A língua dá um sentido de pertencimento àquela nação ou à outra, apesar de o espanhol e o português sejam línguas ‘fáceis’ de entendimento pela sua proximidade dos termos. A língua dá sentido à ‘eu’ ser desta ou daquela nacionalidade. Por eu falar esta ou aquela língua eu sou de outro povo, de outro costume, de outra cultura”. Neste contexto, o guarani, um dos idiomas oficiais do país e falado pelas populações nativas do Paraguai, torna-se um elemento de distinção entre os verdadeiros paraguaios e os novos cidadãos que buscam reconhecimento.

A definição da identidade e do seu reconhecimento não está vinculada com a família ou com o local de origem, mas a uma escolha pessoal, originada do processo de socialização e influenciada, acrescento, pelos interesses pessoais. Neste sentido, o termo *brasiguai* surge com diversos sentidos. Sprandel (2006) destaca que o conceito busca homogeneizar sujeitos de trajetórias diferentes, fazendo com que pessoas pertencentes a “grupos familiares de nacionalidades diferentes (unidades da federação) e de condições econômicas (pequenos proprietários, arrendatários, posseiros e assalariados rurais) diversas” fossem niveladas. Para tanto, a unidade dos *brasiguaios* era garantida a partir do momento que os diversos brasileiros estavam mobilizados politicamente. Albuquerque (2010) também destaca que a identificação *brasiguai* é imprecisa, sendo utilizada de diversas maneiras na cotidianidade. Para ele (ALBUQUERQUE, 2010, p. 229):

A nova denominação funcionaria como uma forma de restabelecer os vínculos com a nacionalidade brasileira, pois esses imigrantes se apresentam como “homens sem pátria”. A identidade política foi construída a partir de um discurso de ausência da cidadania brasileira e paraguaia e da necessidade de publicizar os símbolos da nacionalidade brasileira com a luta pela terra em solo brasileiro.

A questão *brasiguai* está longe de encontrar o seu fim. Como não bastassem os conflitos de subjetividades, culturais, sociais e econômicos presentes na história, a existência do problema é utilizada de forma política pelos governos nacionais. Sobre isso, observam-se apenas dois elementos. O primeiro deles diz respeito à aprovação da lei que cria a faixa de segurança nas fronteiras do Paraguai. Devido à pressão popular, principalmente dos camponeses paraguaios, foi aprovada no ano de 2004 a criação de uma faixa de segurança na fronteira que atinge 50 km das linhas de fronteira terrestre e fluvial. Necessariamente, a nova lei não atinge os direitos adquiridos, mas proíbe a compra de imóveis rurais por estrangeiros numa dentro da faixa estipulada. Como os

campesinos alegavam o caráter de ilegalidade da posse de terras de muitos agricultores brasileiros, a lei abriu espaço para um conjunto de mobilizações dos movimentos sociais paraguaios no sentido de expulsar os brasileiros que estariam dentro da faixa de segurança.

O segundo elemento é ainda mais controverso. Existem indícios que demonstram que o modo em que o governo paraguaio trabalha com os agricultores brasileiros e com os muitos outros brasileiros inseridos no comércio de Ciudad Del Este depende da forma em que o Brasil está equacionando alguns problemas. De maneira geral, a relutância do Brasil em renegociar o Tratado de Itaipu e a rígida fiscalização da Receita Federal Brasileira na Alfândega do Brasil com o Paraguai, atrapalhando o trânsito das mercadorias disponibilizadas na zona franca paraguaia, seriam elementos motivadores de políticas mais radicais de combate aos imigrantes ilegais existentes no Paraguai. Em outras palavras, ameaçar os trabalhadores migrantes seria uma forma de negociar vantagens em acordos internacionais que beneficiam o Paraguai, quando não se apresenta simplesmente como uma ação de retaliação.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. **A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai**. São Paulo: Annablume, 2010.
- BARTH, Fredrick. Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1998.
- FERRARI, Carlos Alberto. **Dinâmica Territorial na (s) Fronteira (s): um estudo sobre a expansão do agronegócio e a exploração dos brasiguaios no norte do Departamento de Alto Paraná – Paraguai**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Dourados: UFGD, 2009.
- FIORENTIN, Marta Izabel. **A experiência da imigração de agricultores brasileiros no Paraguai (1970 – 2010)**. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: UFPR, 2010.
- FREITA, Vilmar Falcão. Brasiguaios: Uma Identidade sem Nacionalidade. In: STRLING, German (org.). **Abordagens Historiográficas na Fronteira**. Foz do Iguaçu: UNIAMÉRICA, 2006. P. 153-159.
- HELLER, Ágnes. **Sociología de la Vida Cotidiana**. Barcelona: Ediciones Península, 1991.
- MONDARDO, Marcos Leandro. Identidades na Fronteira (Trans)Territorial entre Brasil e Paraguai: Olhares das Relações de Contato e Contraste. In: **Revista Tempos Históricos**, vol. 12. Cascavel: Edunioste: 2008. P. 93-116.
- POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1998.
- SPRANDEL, Márcia Anita. Brasileiros na Fronteira com o Paraguai. In: **Revista Estudos**

Avançados, 20(57). São Paulo: USP, 2006.